



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

DIÁLOGO ENTRE A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE E A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO E POVO BRASILEIRO

Verônica D'Agostino Piqueira*

1

O processo de redemocratização e o advento da Nova Ordem Mundial suscitou uma série de debates nas Ciências Humanas em torno da formação cultural brasileira. Nas Ciências Sociais, Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro” (1996) reúne conhecimentos de obras anteriores, “fruto da busca de fundamentos teóricos que, tornando o Brasil explicável” (RIBEIRO, 1996, p.17) permite desenvolver uma série de questões políticas da contemporaneidade, por meio de nossas origens étnicas. Enquanto Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia” (1996), inserindo a sua análise no contexto mundial de interdependência, aponta novas estratégias de desumanização que permeiam o discurso ideológico da globalização.

Dez anos mais tarde, a organização do conhecimento em torno dos fundamentos da Geografia Humana proposta por Milton Santos, apresentada no documentário “Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá”

* Graduação em História, extensão universitária em Cinema e Televisão, Cinema, História e Linguagem, Estética e Teoria do Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestranda no programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Monteiro de Araujo da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo – dagostinopiqueira@gmail.com.

(Silvio Tendrlr, 2006) revela a mesma inquietação sobre o tema: a supressão da identidade e a concepção de mundo que reduz o sujeito a uma visão corporativista.

Reafirmando o papel da diversidade e multiplicidade do povo brasileiro, as diferentes questões abordadas não se configuraram no sentido de desacreditar a participação popular e os movimentos sociais, mas buscaram a tomada de consciência por meio da identificação de novos modelos de opressão empregados na atualidade.

Deste modo, o presente trabalho espera se aproximar de algumas questões levantadas, especialmente por **Paulo Freire, direcionando uma análise a respeito da representação do negro na construção da ideia de povo e nação, entre o período do Império e o início da Era Vargas.**

Vale destacar a terminologia “raça adotada”, parte de sua perspectiva sociológica: “não se trata de um dado biológico, mas de construtos sociais, formas de identidades baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (GUIMARÃES, 1999, p.153).

A seleção de determinadas representações também leva em consideração um processo historicamente mutável, submetido a mecanismos identitários variáveis, reconhecendo os limites que esse tipo de proposta abrange. Assim como a intencionalidade na escolha dos autores e o sentido conferido à realidade observada. Apontar essa série de elementos não significa cair em uma tentativa reducionista de construção e análise histórica, mas a de afastar essa ideia, identificando sua constante abertura e revisão crítica.

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO E A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE POVO E NAÇÃO: DO IMPÉRIO AO INÍCIO DA ERA VARGAS

A origem da representação do negro no Brasil confunde-se com a elaboração de modelos mentais e sociais que centraram seus esforços em diferentes teorias que legitimassem o nosso país enquanto Estado Nação. Dessa forma, antes do processo de independência, a ideia de povo e nação brasileira se torna fragilizada.

No entanto, afastar o pressuposto que a colônia portuguesa na América tenha sido exclusivamente de exploração, inserindo o contexto colonial em “diversos aspectos

do povoamento e da orientação administrativa portuguesa [...] e transformação do conquistador aventureiro e ambicioso em homem rural, sedentário e senhor de engenho” (FERNANDES, 2008, 119), permite uma elaboração processual, a respeito do tema.

Da mesma maneira, observar a colonização sob o ponto de vista de exploração e fixação por meio do intercâmbio cultural vivido entre negros e brancos, expõe a forma como a prática pedagógica observada por Paulo Freire, promotora do desenraizamento cultural, articula e reproduz a lógica da desigualdade.

“Expressar-se na língua do senhor, saber rezar ao Deus dos cristãos e executar um trabalho útil [...]”, fundamentaram “[...] o triplo aprendizado a que devia submeter-se o escravo” (MOURA, 2006, p. 67), garantindo a manutenção dos ciclos de riqueza que sustentavam o mercantilismo.

No momento em que a imposição dos valores cristãos torna evidente a conservação da política mercantilista, a história é apresentada por meio de uma série de relações nem sempre perceptíveis. Jaime Pinsky também observa esse aspecto ao identificar o deslocamento do papel desempenhado pelos missionários cristãos nos primeiros séculos da política colonial portuguesa:

[...] Já no século XVI, com o recrudescimento do tráfico e o interesse de mercadores e da Coroa portuguesa, o panorama vai se alterando. Os missionários na África vão sendo substituídos por soldados e comerciantes; não se fala mais de um Estado cristão na África, fala-se de tráfico. A justificativa da escravidão se desloca. A cristianização torna-se um assunto a ser resolvido nos locais para onde os escravos seriam levados. A homogeneização da crença dos negros passa a ser pensada em termos das vantagens ou desvantagens que poderiam trazer para seus algozes – traficantes e senhores. (PINSKY, 1988, p.25)

Não por acaso, a contradição e o choque da escravidão tornam a recriação e reelaboração da religião o principal domínio cultural e artístico do Brasil colonial, identificado em todos os seus ciclos econômicos. Destacando-se o Barroco “[...] a tal ponto que, entre nós, ele não se apresenta apenas enquanto *um* estilo, mas tornou-se o estilo brasileiro” (CHACON, 1980, p.83).

O Barroco recupera e atesta o indivíduo elaborado por Freire, que na busca por sua libertação, na relação dos homens entre si “mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005. p.78.) se educam e desvendam as múltiplas contradições do social, transformando

o meio, a si mesmo e ao outro, apresentando “[...] uma reviravolta do feitiço contra o feiticeiro”, onde “[...] o jesuíta introduzindo o estilo, monumentalista e ornamental para impressionar e assim insinuar melhor a sua Contra-Reforma, [...] acabou vendo-o bastar-se a si mesmo” (CHACON, 1980, p.84).

Nesse sentido, o Barroco atesta o despertar de uma consciência de nacionalidade por meio da integração cultural entre e negros e brancos, no contexto de crise do século XVIII. Vamireh Chacon elabora a questão da seguinte maneira:

Foi nesse quadro que brotou o Iluminismo brasileiro, muito mais enquanto consciência de crise que enquanto orgulho de apogeu. A própria Arte do Aleijadinho expressa esta angústia e o anúncio da próxima libertação, ao mesmo tempo, em duas faces do mesmo monumento: a Via Crucis, culminando nos Profetas, em Congonhas do Campo. (CHACON, 1980, p. 93-94).

No entanto, a Inconfidência Mineira (1789) revela o Iluminismo da elite colonial, perturbada com a crise econômica, mas significativa ao ponto de que a “torrente da Brasilidade se espalharia pelo país inteiro, fazendo frutificar as sementes dos apóstolos e precursores” (CHACON, 1980, p.96). A Conjuração dos negros de Salvador em 1798 “[...] movimento chamado por Afonso Rui “a primeira revolução social brasileira” [...] demonstra a generalizada contaminação dos espíritos, no país nascente.” (CHACON, 1980, p. 97) contrário do movimento mineiro, propunha a proclamação da república e o fim da escravidão e, por esse motivo, sofre com a repressão do Império de forma muito mais intensa.

Desse modo, a fuga de Dom João VI para o Brasil, aportando primeiro na cidade de Salvador antes do Rio de Janeiro, foi estratégica tanto no contexto das invasões napoleônicas, como a prorrogação da independência da colônia. A própria independência se torna um movimento aristocrático, evitando um levante popular.

Mas como iria se configurar a ideia de povo e nação após o movimento de independência? Eric J. Hobsbawm, logo no início de seu estudo sobre “Nações e Nacionalismo desde 1780”, adverte o leitor a respeito da “característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é sua modernidade” (HOBSBAWM, 1991, p. 27.). O autor afirma que “a equação nação = Estado = povo e, especialmente, povo

soberano, vinculou indubitavelmente a nação ao território” (HOBSBAWN, 1991, p. 27) no período da França pós-revolucionária (1795.).

O período histórico da monarquia brasileira (1822-1889) expõe tanto a “equação” apontada por Hobsbawm, como a aliança entre o Império e a aristocracia na contenção das revoltas populares. Sobre a busca pela preservação da unidade territorial, o historiador Boris Fausto afirma:

[...] As rebeliões provinciais e as incertezas sobre a forma de organizar o poder central indicam que a unidade do país não estava garantida, ao ser proclamada a Independência. A unidade do país foi produto da resolução de conflitos pela força e habilidade, e do esforço dos governantes no sentido de construir um Estado centralizado (FAUSTO, 1999, P. 183).

O autor, refletindo, sobre o tema busca identificar questões a respeito do processo de separação das províncias como “menos provável do que a permanência da unidade” (FAUSTO, 1999, p. 183.). Recorrendo a duas teorias, A Construção da Ordem (1980) de José Murilo de Carvalho e *La Traite négrière et l' unité nationale brésilienne* (1979) de Luís Filipe de Alencastro¹, relaciona a preservação da unidade territorial à homogeneidade cultural das elites imperiais e à manutenção da escravidão.

No primeiro caso, identifica a facilitação do controle geográfico por meio da redução da quantidade de magistrados:

[...] A maioria dos membros da elite era formada por gente que tinha educação de nível superior. Esse fato constituía, na opinião de José Murilo, um elemento de unificação ideológica por três razões. Em primeiro lugar, como muito poucas pessoas tinham instrução, a elite era uma ilha de letrados em um mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava nos estudos jurídicos e fornecia assim um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque as faculdades de direito se resumiam até a Independência, aos cursos da Universidade de Coimbra e, depois, às Faculdades de São Paulo e Olinda/Recife (FAUSTO, 1999, p.185).

¹ “As interpretações divergentes citadas sobre as razões da não fragmentação do Brasil após a Independência são as de José Murilo de Carvalho em A Construção da Ordem e Luís Felipe de Alencastro, em “La Traite négrière et l' unité nationale brésilienne”, *Reveu Française d' histoire d'Outre-Mer*, t. LXVI, nº 244-245, 1979” (FAUSTO, 1999 p 644).

No segundo caso, traz uma análise partindo da leitura de Luís Filipe de Alencastro, que compreende a problemática das relações internacionais entre o Brasil e a Inglaterra, no contexto que optou pela prorrogação do sistema escravagista:

O Brasil conseguiu adiar, por vários anos, medidas efetivas no sentido de acabar com o tráfico de escravos, após ver sua independência reconhecida pela Inglaterra. Mas é certo que a Inglaterra continuou pressionando o governo imperial brasileiro [...]. Alencastro parte desse contexto e lembra que as primeiras províncias brasileiras assentavam sua prosperidade no sistema escravista, para se perguntar: como iriam suas elites aventurar-se a uma separação do Império, com o risco de enfrentar sozinhas a poderosa Inglaterra? Quem melhor do que um Império unitário e centralizado para contemporizar na questão do fim do tráfico e encaminhar o problema sem grandes abalos? (FAUSTO, 1999, p.185).

Aproximar a análise de Hobsbawm do projeto de manutenção da unidade territorial permite reavaliar a contradição dentro do processo das ações políticas das elites nacionais: reivindicam um interesse comum (coletivo), por meio da denúncia de sua condição “marginal” no contexto das relações internacionais, no entanto, perpetuam e mantêm interesses particulares dentro do território nacional. Nesse processo ocorrem, nas palavras de Paulo Freire, a “situação concreta de opressão e opressores” (FREIRE, 2005, p. 49.), explicando boa parte da energia despendida na contenção de qualquer manifestação e reivindicação popular durante o período. Segundo o autor, quando é apresentada uma possibilidade real (autêntica) de superação da contradição, é que os opressores “vão sentir-se como se realmente estivessem sendo oprimidos” (FREIRE, 2005, p. 50.).

Esse dramático quadro ideológico também pode ser observado nas imagens dos cativos retratados por Johann Moritz Rugendas, entre os anos de 1822 e 1825, não por denunciarem ações violentas ou a condição desumana própria da escravidão, mas por retratar um Brasil imperial, onde a ordem é mantida por meio de um rígido sistema disciplinar. Assim como os movimentos contra a abolição da escravatura irão se configurar na “[...] ideia de que a supressão do tráfico corresponderia à condenação irreversível do próprio sistema [...]” (SODRÉ, 1997, p. 167).

Foi preciso que as pressões da Inglaterra na busca pela ampliação do mercado consumidor após a Revolução Industrial entre em choque com os interesses da classe

dominante, alimentando assim ideias liberais, ajustadas em um segundo momento, aos interesses da Monarquia, afastando as elites do Poder central.

Joaquim Nabuco, representativo da abolição via liberalismo, “enumerou as etapas do seu Monarquismo, conciliável com um Reformismo largo e generoso, “neo-liberal” nas suas palavras, ou social-democrata se quisermos ampliar a expressão [...] (CHACON, 1980, p. 215).

Da mesma maneira, o ano final da guerra do Paraguai (1864-1870) “[...] assiste ao lançamento do Manifesto Republicano [...]” (SODRÉ, 1997, p.179) evidenciando que a “questão do trabalho escravo e a questão militar conjugam-se já com a transformação que destruirá o próprio regime” (SODRÉ, 1980, p. 169).

Esse movimento permite reavaliar a construção oficial da ideia de povo e nação entre o período da monarquia e a consolidação da república nacional. Ao contrário de Joaquim Nabuco, que não via o negro como “refratário ao “Progresso”” [...] mas “um elemento ativo de desenvolvimento” (CHACON, 1980, p 203), a elite irá adotar a perspectiva de Francisco Adolfo de Varnhagen, associando o avanço técnico – científico da nação ao processo de branqueamento. *A redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos y Gomes (1852-1932) retrata o projeto de nação desempenhado pelo governo, apontando que, por meio da política imigratória, “no espaço de três gerações, os negros desapareceriam do Brasil.” (D’Adesky & Medeiros, 2002, p. 14).

É evidente que se deve levar em consideração elementos próprios do período. Hobsbawm analisa entre os critérios que “permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação a [...] capacidade para a conquista. [...]” (HOBSBAWM, 1991, p. 49).

Paulo Freire permite analisar a eficiência dos argumentos “civilizatórios” que pautaram ações arbitrárias, tanto na política do neocolonialismo, como da classe dominante brasileira, quando observa:

[..] Para eles (opressores), pessoa humana são apenas eles. Os outros, estes são “coisas”. Para eles, há um só direito - o seu direito de viverem em paz, ante o direito de sobreviverem, que talvez nem sequer reconheçam, mas somente admitam aos oprimidos. E isto ainda, porque, afinal, é preciso que os oprimidos existam, para que eles existam e sejam “generosos” (FREIRE, 2005, p.55).

Dessa forma, “somente após a guerra de 1914-1918 que o negro tomou consciência de sua condição. Primeiro, contra o imigrante que, tendo chegado ao Brasil tão pobre como ele, conseguiu subir na escala social” [...] (FERNANDES, 2008, p. 196). Ao mesmo tempo, influenciado pelos movimentos operários e o movimento modernista que “[...] descobriu a estética africana e contribuiu assim para que o negro se sentisse orgulhoso de suas origens [...]” (FERNANDES, 2008, p. 197), consolida um contexto em que a perpetuação da teoria do branqueamento em uma sociedade miscigenada se torna insustentável.

As representações do negro de Gilberto Freyre, apresentadas na obra “*Casa Grande e Senzala*” (1933) irão revigorar a ideia de povo e as ações políticas das elites patriarcais nesse novo contexto. Nesse sentido, a busca de uma identidade nacional por meio do conceito de “democracia racial” exposto por Freyre, descaracteriza a teoria que identifica o atraso de uma nação pelo seu grau de miscigenação.

O autor, valorizando o conceito de cultura em detrimento do conceito de raça, irá enxergar a introdução do negro e da escravidão no Brasil de forma positiva, buscando atenuar os conflitos raciais e de classe, revigorando o poder elitista por meio da representação do negro (senzala), a partir de uma perspectiva senhorial (casa grande).

Ao mesmo tempo em que o autor apresenta a violência exercida pelos portugueses, acredita que a escolha por essa ação, e a opção pelo latifúndio e a escravidão, foram inevitáveis para a efetivação da empreitada portuguesa. Embora Freyre trabalhe a representação do negro no decorrer do período colonial, sua obra recupera a ideia de povo e as ações políticas do governo, no início da Era Vargas.

A relação entre opressor e oprimido na leitura da chamada “democracia racial” justificou o emprego da força por meio da confraternização racial, miscigenação benéfica e harmônica, apaziguadora das tensões sociais. Esse novo contexto iria enfrentar determinadas atitudes contrárias à ordem vigente, identificando qualquer revolta de caráter social como uma exceção à regra e principalmente, como um agente destabilizador da nação.

Somente na década de 1960 que os estigmas construídos ao longo do tempo por meio das representações do negro junto à concepção oficial de povo e nação irão se tornar evidentes. Florestan Fernandes em sua obra “A Integração do Negro na

Sociedade de Classes” (1965) desmistifica a teoria da democracia racial, dismantelando a ideia de uma sociedade que integra negros e brancos, povo e elite de forma igualitária.

Apontando que a condição dos negros no Brasil industrial e “em termos de sua situação na estrutura de poder da sociedade, viam-se naturalmente barrados da evolução capitalista” (FERNANDES, 1965, p. 37). Ao afirmar que a ruptura com a escravização física negra não significou o fim de sua escravização moral, se aproxima tanto da aceção do negro no contexto da Abolição defendida por Joaquim Nabuco como do conceito freiriano de inacabamento:

O fato de me compreender no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito da História. (FREIRE, 2009, p.54).

A obra de Florestan Fernandes permitiu uma representação do negro de forma mais justa e autêntica, revelando as contradições na formação da ideia de povo e nação brasileira entre o período após a Abolição e o início da industrialização no Brasil. Da mesma forma, se ocorreram diferentes movimentos de reação da classe dominante ao longo da História do Brasil, apontados em seu projeto de povo e nação, significa que o papel do negro na sua auto-libertação ao longo do mesmo processo, revela um sujeito capaz de acumular força política.

9

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo: Global Editora, 2008.

CHACON, Vamireh. O Humanismo Brasileiro. São Paulo: Summus Editorial, 1980.

D'ADESKY, Jacques. Medeiros, Carlos. A. Racismo, Preconceito e Intolerância. São Paulo: Espaço & Debate, 2002.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: O legado da “raça branca” (Vol I.). São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

HOBBSAWM, Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa mito e realidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Tornar-se cristão* in *Museu AfroBrasil: um conceito em perspectiva*. São Paulo: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2006.

PINSKY, Jaime. *A Escravidão no Brasil*. (Col. Repensando a História). São Paulo: Contexto, 1988.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o Sentido do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.